

Praca Antonio Prado, 70 | Centro | CEP: 14860-000
PABX: (16) 3943-2400 | Fax: (16) 3943-1140
CNPJ: 06.320.037/0001-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARRINHA
Estado de São Paulo

Administração 2017/2020

Ofício n. 86/2019.

Barrinha (SP), 22 de novembro de 2019.

A Sua Excelência
Senhor ADILSON BARROSO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal
Barrinha (SP)

Assunto: Projeto de Lei de Parcelamento CPFL

Prezados Senhores:

Encaminhamos a essa Egrégia Edilidade para a devida apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que Autoriza o executivo o Poder Executivo a promover confissão e renegociação de dívida junto a CPFL bem como adotar as providencias correlatas a formalização da operação.

Esclarecemos que a medida se mostra pertinente em razão do volume de débitos existentes junto a CPFL, permitindo que o município mantenha sua situação regular, bem como evitar elevados desencaixes financeiros para custeio integral da despesa.

Assim, a medida atende ao interesse público e a conveniência administrativa.

Sendo o que nos compete ao momento, reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

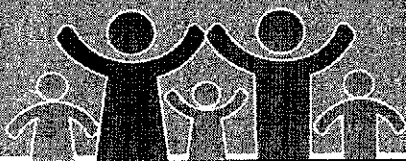
Atenciosamente.


MARIA EMÍLIA MARCARI
Prefeita Municipal

PROTOCOLO

Barrinha 22/11/19


Assinatura



Proça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP: 14860-000
PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ: 06.578.082/0001-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARRINHA
Estado de São Paulo

Administração 2017/2020

PROJETO DE LEI N. 88 /2019.

Autoriza o executivo o Poder Executivo a promover confissão e renegociação de dívida junto a CPFL bem como adotar as providências correlatas a formalização da operação.

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Barrinha autorizada a celebrar o Termo de Confissão de Dívida e Renegociação de Débito em Moratória junto a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL referente a débito junto à mesma.

§ 1º - O parcelamento poderá ser de em até 60 (sessenta) meses.

§ 2º As parcelas serão corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro que vier a substituí-lo, no primeiro dia subsequente a cada 12 (doze) meses (ou em prazo inferior que venha a ser admitido em lei).

Art. 2º Para a garantia do pagamento, fica a Prefeitura Municipal de Barrinha autorizada a utilizar cotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, durante o prazo de vigência do pagamento do referido Termo, autorizado por esta Lei.

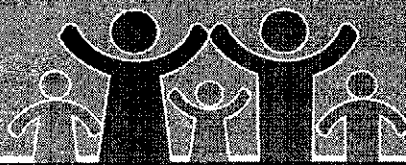
Parágrafo Único – A utilização da cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será utilizada, mediante bloqueio solicitado pela Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL ao banco interveniente, somente para pagamento de alguma parcela vencida não paga pela Prefeitura Municipal no seu vencimento.

Art. 3º Para fins de regular registro das despesas, fica a contadoria municipal autorizada a promover consolidação dos débitos existentes junto a CPFL, bem como a conversão da dívida flutuante em dívida fundada com o respectivo cancelamento dos empenhos das despesas inseridas no parcelamento, inscritas no passivo de curto prazo.

Art. 4º Fica autorizado a abertura de crédito especial para o custeio da despesa a que alude a referida lei, relativamente ao exercício de 2020, a ser custeado em algum dos termos do artigo 43º da LF 4.320/64, ficando consignado que os orçamentos vindouros reservarão dotações orçamentárias para suprir as despesas vencíveis nos respectivos exercícios.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.


MARIA EMÍLIA MARCARI
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARRINHA
Estado de São Paulo



Administração 2017/2020

Rua Antônia Prado, 70 - Centro - CEP: 14.560-000
PABX: (16) 3943-9400 - Fax: (16) 3943-1140
CNPJ: 16.370.087/0001-27

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro

Artigos 16 e 17 da LRF

1) EVENTO - LRF, Artigo 16, "caput":

() Criação (X) Expansão (X) Aperfeiçoamento

2) DESCRIÇÃO DO EVENTO: autoriza o executivo o Poder Executivo a promover confissão e renegociação de dívida junto a CPFL bem como adotar as providencias correlatas a formalização da operação.

3) INDICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE:

Indicação da Legislação Orçamentaria Vigente		
Legislação	Nº	Data
Plano Plurianual 2018/2021	2411	19/07/2017
Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019	2480	27/09/2018
Lei Orçamentária Anual 2019	2491	13/12/2018

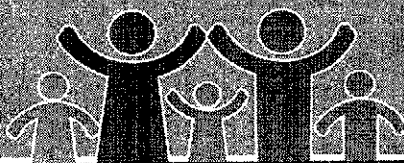
4) ORIGEM DOS RECURSOS (artigo 17, § 1º da LRF): Neste aspecto consideramos a existência de recursos previstos na Lei Orçamentária vigente, os quais a teor da presente lei serão suplementados para atingir o valor necessário para a cobertura das despesas em questão.

Descrição
(x) Previsão Orçamentária Inicial
(x) Crédito Adicional
() Superávit do Exercício Anterior

5) PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO - LRF - Art. 16, § 2º: Em consonância com os diplomas legais acima mencionados existe previsão para a despesa do gênero. Com efeito, tomamos a iniciativa de formalizar este processo administrativo que tem como objetivo cumprir os pressupostos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que concerne à estimativa do impacto financeiro e orçamentário dessa operação, juntando, para tal, os documentos que o instrui, cuja permissão e metodologia estão fundamentadas da seguinte forma:

- Relativamente ao impacto financeiro e orçamentário do exercício em que a despesa venha a se iniciar (2019), foi tomada por base a previsão integral da receita para o respectivo exercício, sem considerar eventual superávit financeiro apurado no exercício anterior, motivo pelo qual o item "A" do quadro abaixo permanece zerado. Ainda com relação ao impacto para o exercício em exame, tomamos por base o custo da despesa a ser liquidada no ano de 2019.
- Com relação aos exercícios de 2020, consideramos o valor consignado na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo, e para 2021, projetamos uma evolução na ordem de 4,97%, com relação à proposta orçamentária do exercício de 2.020.

Handwritten signature



Praca Antonio Prado, 70 - Centro - CEP: 14860-000
FAX: (16) 3943-9400 Fax: (16) 3943-1140
CNPJ: 05.571.082/0001-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARRINHA
Estado de São Paulo

Administração 2017/2020

c) No tocante ao custo da nova despesa, para exercício 2019 não houve registro de custo. Com relação aos exercícios de 2020 e 2021, consideramos o custo total para 12 meses (dose meses);

d) **Demonstrativo de impactação:**

DESCRIÇÃO	2019	2020	2021
(A) Superávit Financeiro do exercício anterior R\$	0,00	0,00	0,00
(B) Receita prevista e esperada no ano R\$ *	80.151.000,00	91.682.000,00	96.238.595,00
(C) Disp. Financeiras p/Despesas Fixadas Orçto. R\$	80.151.000,00	91.682.000,00	96.238.595,00
(D) Custo da nova despesa no ano R\$	0,00	668.711,40	668.711,40
(D/B) Estimativa do impacto orçamentário %	0,00%	0,73%	0,69%
(D/C) Estimativa do impacto financeiro %	0,00%	0,73%	0,69%

DECLARO que o presente gasto tem suficiente dotação orçamentária, firme e consistente expectativa de suporte de caixa e possui compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Barrinha/SP., 21/11/2019.

FERNANDO ALVARO GONÇALVES

- contabilista -

6) **DESPACHO E DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DAS DESPESAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NA FORMA DO ARTIGO 16, incisos I e II DA LRF:** Na qualidade de ordenador de despesas, com fundamento nos estudos realizados pelos responsáveis pela contabilidade e finanças municipais, ratifico integralmente este procedimento e declaro que o presente gasto tem suficiente dotação orçamentária, firme e consistente expectativa de suporte de caixa e possui compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes reputando, cumpridas, as formalidades legais.

Barrinha/SP., 22/11/2019.


MARIA EMÍLIA MARCARI
Prefeita Municipal